

A impossível governabilidade das direitas

Quando começou o declínio do ciclo progressista, há cerca de cinco anos, propusemos que os eventuais governos de direita que os sucedesse seriam instáveis, assediados por um alto nível de conflito social, o aprofundamento da crise sistêmica e mudanças nas relações entre as diferentes classes sociais (<https://bit.ly/2XCMzbB>).

O fim do progressivismo é muito mais do que o desaparecimento desses governos e não será seguido por um ciclo de direita ou conservador, mas por um período de instabilidade. Isto significa que veremos mudanças repentinas na cena política, mudanças da extrema direita para a esquerda moderada e vice-versa, sem que nenhuma dessas forças consiga estabilizar a governabilidade.

As razões são as mesmas que as que levaram ao final do ciclo anterior. Mas primeiro vamos dar uma breve olhada na situação dos três principais países da região sul-americana.

No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro entrou em crise apenas algumas semanas depois de assumir o poder. Além de uma forte queda em sua aprovação, há o confronto com o setor militar, que constitui o núcleo de seu governo, e os obstáculos que encontra para conseguir a aprovação da reforma previdenciária, em um cenário de estagnação econômica. A principal forma que a crise governamental está tomando é a briga aberta e pública entre os bolsonaristas e o vice-presidente Hamilton Mourao, o que exacerba a instabilidade.

De baixo, os movimentos não pararam por um momento. Entre janeiro e fevereiro, no meio do verão, o Movimento Passe Livre (MPL), que desencadeou os dias de junho de 2013, voltou às ruas com cinco grandes marchas em São Paulo. Atualmente, as

organizações indígenas estão acampadas na Esplanada dos Ministérios em Brasília, provocando uma forte reação repressiva do governo que mobilizou a Força Nacional contra a Articulação dos Povos Indígenas.

Na Colômbia, o governo uribista, de Iván Duque, teve de enfrentar uma onda de mobilizações indígenas, negras e camponesas desde 10 de março, que bloqueou as principais rodovias do país, especialmente a estratégica rodovia Pan-Americana que vai de norte a sul e é a rota de exportação para o Equador e o restante do continente. A organização correspondeu a uma ampla confluência, realizada em fevereiro, com 380 delegados de 170 organizações, que questionaram o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo.

A Minga (trabalho comunitário) indígena e popular foi a primeira grande mobilização nacional após a assinatura dos acordos de paz entre o governo e as FARC, ensinando o acúmulo de muitos males, particularmente contra o atual modelo extrativista. Havia 25 mil pessoas nas rodovias, acampadas ou permanentemente mobilizadas, obrigando o presidente a ir ao Cauca para negociar com os movimentos.

A Argentina é o caso paradigmático da governabilidade impossível de direita. A crise desencadeada em abril de 2018, que levou o dólar de 18 para 44 pesos, provocou inflação de 50% ao ano e multiplicou a pobreza, mas também a fuga de capitais, começou em dezembro de 2017 com protestos massivos contra a reforma das pensões. Aqueles acima entenderam que Mauricio Macri não podia impor seu programa e começaram a especular freneticamente.

No momento, o quadro é de uma crise de credibilidade governamental, uma onda de protestos com marchas diárias (em que se destaca o ativismo do movimento de mulheres) e a possibilidade de que Macri perca as eleições de outubro. No meio, um acordo insuportável com o FMI que multiplica a dívida e faz com que os próximos governos, qualquer que seja o seu

sinal, tenham enormes dificuldades em tirar o país do impasse.

Nesta situação, vejo três aspectos que irão aprofundar a crise de governabilidade nos próximos anos, gerando maior instabilidade e colocando desafios profundos aos movimentos antissistêmicos.

O primeiro é o poder do campo popular. Além da opinião dos governos progressistas, é evidente que nas últimas duas décadas houve um fortalecimento dos setores populares, embora suas organizações tenham sido muitas vezes enfraquecidas. Este é o cerne do déficit de governabilidade.

A segunda reside nas consequências do agravamento da crise global, que está entrando numa fase de caos sistêmico. Isto reduz as possibilidades de estabilidade econômica e política.

A terceira é que nenhuma força tem a capacidade de estabilizar a situação. Para isso, a direita precisa derrotar o campo popular, o que não está em posição de fazer. A esquerda pode governar se puder mover o modelo extrativista, romper com as agências globais que o apoiam e as elites locais que o endossam. Não tem a vontade de iniciar um ciclo de lutas que deveria ser tão poderoso que não só varreria o extrativismo como o afastaria do palco.

Brasil, Argentina e Colômbia...

Original: [La Jornada](#)